

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **0002578-62.2015.8.26.0566**  
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito**  
Requerente: **DEIVID WILLIAN MARTINS**  
Requerido: **GYASI ANDRADE LINO**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput,  
parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à  
imediata prolação da sentença,

**DECIDO.**

Cuida-se de ação em que o autor pretende o  
ressarcimento dos prejuízos experimentados pelos danos causados em seu veículo, em decorrência  
de abaloamento frontal do seu veículo causado pela réu, no dia 01 de janeiro de 2015.

O réu, em contestação apresentada na audiência de  
tentativa de conciliação, não refutou sua responsabilidade pelo acidente trazido à colação,  
limitando-se a tão-somente impugnar o valor almejado pelo autor.

Todavia, o réu não impugnou de forma concreta os  
orçamentos ou declinou com clareza em que aspectos eles teriam contemplado montante superior  
ao que seria supostamente devido, ou seja, não bastava simplesmente impugnar o valor postulado,  
mas lhe tocava fazê-lo de maneira específica.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Em suma, a ré não fez prova consistente de suas alegações, não se desincumbindo do ônus que lhe impunha o art. 333, inc. II, do Código de Processo Civil.

O quadro delineado mostra-se suficiente para a decisão da causa, não necessitando da produção de outro tipo de prova qualquer, pois, é incontroverso o evento danoso suportado pelo autor.

A pretensão deduzida há de ser acolhida, pois.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar o réu a pagar ao autor a quantia de R\$ 15.600,00, acrescida de correção monetária, a partir de janeiro de 2015, e de juros de mora, contados da citação.

Caso o réu não efetue o pagamento no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 06 de maio de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**